



Mario Covas — O senador é engenheiro e tem 59 anos. Começou na política como prefeito de Santos pelo antigo PST. Em 1963, se elegeu deputado federal por São Paulo e foi cassado em 1968 pelo AI-5. Depois da anistia, foi eleito deputado federal pelo PMDB paulista, em 1982, mas se licenciou para assumir o cargo de prefeito nomeado de São Paulo, no governo Franco Montoro. Nas eleições de 1986, foi o campeão nacional de votos: 7,7 milhões que o levaram a uma cadeira no Senado. Foi líder do PMDB na Constituinte e se destacou pela defesa de teses progressistas, como a reforma agrária, definição de empresa nacional e estrangeira e os direitos dos trabalhadores. A vinculação do PMDB com o Governo José Sarney criou uma dissidência no partido, que deu origem ao PSDB. Covas é um candidato progressista que se auto-denomina de centro esquerdo.

□ Erradicação do analfabetismo em cinco anos de governo e o aumento da produção agrícola do País, são prioridades programáticas do senador Mário Covas, candidato do PSDB à Presidência da República. Ele considera estes dois pontos fundamentais para a retomada do crescimento e a implantação da social-democracia no Brasil. É contra a decretação imediata da moratória, mas admite chegar a este ponto, caso os credores internacionais sejam “intransigentes e não aceitem uma negociação justa”.

Promete fazer uma reforma administrativa que melhore a qualidade do serviço público. Admite a privatização de estatais, desde que não estejam ligadas a setores de competência do Estado. Covas afirma que a política dos últimos governos teve como objetivo “distorcer a eficiência operacional das empresas estatais”. Demissões de funcionários públicos não estão nos seus planos, mas afirma que “se a reforma administrativa do PSDB exigí-las, as farei sem hesitação”.

Quanto à política salarial, pretende, em um primeiro momento, proteger a remuneração da escalada inflacionária com uma indexação mais adequada

do que a atual. Depois de contornada a crise, executará uma política que proporcione ganho real reavendo o poder aquisitivo dos trabalhadores. Os aposentados terão os avanços constitucionais garantidos, “com uma boa administração do fundo previdenciário”.

Covas pretende executar uma reforma agrária que aumente em 5% por ano a produção agrícola. Para isso desapropriará terras improdutivas, mas “se estas terras não estiverem cumprindo sua função social”, como estabelece a Constituição, também serão passíveis de desapropriação. Para Covas, reforma agrária é “imperativo de justiça social”.

O candidato tucano fará uma revisão na política de incentivos fiscais, afirmando que, hoje, isso representa “um prejuízo na receita tributária equivalente a 1,5% do PIB”, ou seja, 5 bilhões de dólares anuais. Só manterá incentivos que tenham “retorno social e não beneficiem grandes grupos”. Admite o investimento estrangeiro, afirmando que ele “é muito importante, desde que haja empresas competitivas e um governo capaz de “defender os interesses nacionais”.